



Que mudanças os indígenas estão trazendo para a antropologia: olhares sobre a variedade de estilos de antropologia indígena no Brasil¹

Hudson Romário Melo de Jesus Tupinambá

Departamento de Arqueologia (UFOPA - hudson.jesus@ufopa.edu.br)

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UNB)

Resumo: Pessoas pertencentes a povos indígenas têm realizado a travessia de problema social a pesquisadores. Pensam uma outra antropologia indígena, sem dependência da relação entre políticas coloniais, caráter tutelar e tratamento desigual, com posição oposta às pesquisas etnográficas estritamente descritivas. São tratadas por estes sujeitos questões das línguas, leituras de textos, escrita acadêmica e a própria interpretação dos textos antropológicos e contextos etnográficos, na graduação e na pós-graduação. A presença de indígenas na antropologia foi possível devido a um conjunto de políticas públicas e ações indigenistas, que incluem os indígenas como participantes do conhecimento acadêmico e não como objetos de estudos. A antropologia possui um longo debate e discussão sobre o caráter de permanência e mudança cultural dos povos indígenas, com questões que envolvem a constituição e proliferação de determinadas formulações sobre os indígenas e seu lugar na sociedade. Grande parte dos povos indígenas são representados pelas organizações na sociedade civil de militância política, a linha de frente do enfrentamento contra a desarticulação dos direitos destas coletividades. Em outro âmbito, ocorre um rompimento com uma tradição de séculos, na qual os povos indígenas sempre foram estudados e tornam-se autores dos estudos.

Palavras chave: Antropologia indígena. Povos indígenas. Universidade.

What changes are indigenous peoples bringing to anthropology: a look at the variety of styles of indigenous anthropology in Brazil

Abstract: People belonging to indigenous peoples have crossed social problems with researchers. They think of another indigenous anthropology, without dependence on the relationship between colonial policies, tutelary character and unequal treatment, with a position opposed to strictly descriptive ethnographic research. Issues of languages, text readings, academic writing and the interpretation of anthropological texts and ethnographic contexts are dealt with by these subjects, at undergraduate and postgraduate levels. The presence of indigenous people in anthropology was possible due to a set of public policies and indigenous actions, which include indigenous people as participants in academic knowledge and not as objects of study. Anthropology has a long debate and discussion about the character of cultural permanence and change of indigenous peoples, with issues that involve the constitution and proliferation of certain formulations about indigenous people and their place in society. A large part of indigenous peoples is represented by civil society organizations of political activism, the front line of the fight against the disarticulation of the rights of these communities. In another context, there is a break with a centuries-old tradition, in which indigenous peoples have always been studied and become authors of studies.

Keywords: Indigenous anthropology. Indigenous peoples. University.

¹ As discussões sobre mudanças geradas na antropologia foram debatidas em comunicação oral no GT: *Pueblos indígenas, políticas estatales y reconfiguraciones territoriales en torno a la extracción de recursos naturales*, apresentada na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul.



Introdução

A escrita deste artigo faz parte das discussões de pesquisa que tratam do ingresso de indígenas na antropologia, sua trajetória e formação acadêmica e contribuição teórica e de método para a disciplina. Existe uma grande variedade de antropologias produzidas por indígenas, alguns têm feito uma etnografia bem tradicional talvez no estilo de muitos outros antropólogos não indígenas, mas o diferente é que a maioria dos indígenas faz pesquisa com seus povos de origem e alguns pesquisam outros povos. Com este trabalho queremos apresentar um quadro de influência dos primeiros indígenas antropólogos e chamar a atenção para a existência de uma variedade de formas que estes praticam antropologia e tipos de atuação: etnicidade, gênero, raça, Estado e políticas públicas, movimento indígena.

Acredito que o interessante é o que de novidade os estudantes indígenas trazem para a antropologia? O que é novo que os antropólogos indígenas ou indígenas antropólogos estão trazendo para a antropologia? Alguns antropólogos tentaram fazer isto até criando definições que refletem relação de colaboração, mas foram apenas projeções por se tratar de um processo em que os próprios indígenas antropólogos poderiam contribuir para serem elucidados.

Observações pertinentes e proposições profícuas a respeito das transformações dos dispositivos antropológicos têm sido trazidas por diferentes indígenas antropólogos no século XXI (Baniwa, 2019a), nos contextos de reflexão de políticas de ações afirmativas implementadas na pós-graduação em antropologia (Coelho de Souza, 2017) e de interculturalidade na visão indígena na graduação a partir das análises das seleções especiais e Lei de Cotas e seus desdobramentos como o aumento dos níveis de casos de racismo contra indígenas (Vaz Filho, 2019). Um dos problemas constatados é a pouca divulgação de pesquisas de indígenas entre o meio acadêmico, são dezenas de trabalhos antropológicos, principalmente na pós-graduação (Mainardi e Silva, 2023).

Há duas décadas atrás havia poucos indígenas na pós-graduação em antropologia e rever esta história é sempre importante, pois existem dificuldades e limites impostos nas pesquisas indígenas. Poucos anos faz que os primeiros indígenas pós-graduados em antropologia se formaram (Baniwa, 2019b), mesmo assim são poucos para pensarmos e ainda é cedo para apontar conclusões, possivelmente existem algumas tendências que estão acontecendo, mas definir um caminho único para a antropologia indígena é muito complicado e cedo, certo é que o ingresso dos indígenas de diferentes etnias causará mudanças no pensamento antropológico.



Mas o processo de como vão ser e acontecer estas mudanças ainda está muito no início e existem alguns trabalhos sobre, mas não existem conclusões ainda, são mais projeções, o que se acha que vai acontecer.

A maioria dos antropólogos indígenas encontram-se em atuação nos locais mais diversos no território brasileiro em distintas modalidades. Não somente como professores universitários, mas em órgãos do Estado brasileiro, no movimento indígena de base e em ONGs. Estas modalidades de atuação envolvem a relação de interação entre um conhecimento próprio que trazem em toda sua trajetória para dentro do seu trabalho.

Outra questão a ser pensada é sobre o pouco espaço que se tem dado para as antropologias indígenas produzidas por mulheres indígenas. Com a pouca atenção dada para a sua inserção, protagonismos e participação acadêmica no Brasil, sua presença tem sido invisibilizada, e esta pesquisa pretende esboçar perguntas sobre tal temática, a fim propor debates profícuos com as colegas antropólogas indígenas.

Primeiros indígenas antropólogos

A atuação e contribuição de antropólogos e indigenistas nas décadas de 1970 e 1980, em processos sociais a favor das demandas e preocupações dos povos indígenas, pode ser considerada como tendo sido expressivamente positiva, necessária e produtiva frente à defesa dos direitos indígenas. Principalmente na elaboração, negociação e garantia de direitos constitucionais, contexto que inaugurou novos espaços de reivindicação de direitos para os povos indígenas de maneira avançada.

Para Baniwa (2009) o indigenismo no Brasil está relacionado aos movimentos indígenas e indigenistas que possuem papel importante no convencimento do Estado brasileiro na formulação e oferta de políticas de educação indígena intercultural universitária. Podemos dizer que este é o cenário em que a antropologia possui assertiva presença, importância e contribuição no indigenismo brasileiro contemporâneo, uma responsabilidade histórica, seja para justificar os processos de dominação colonial, seja para contestar o colonialismo, tanto que nos últimos anos processos históricos vividos pelos povos indígenas e instrumentos analíticos produzidos na disciplina se “confundiram”, principalmente em relação às vozes indígenas e dos antropólogos que são resultados da relação entre povos indígenas, antropólogos e indigenistas.

A efervescência sociopolítica em torno das ações afirmativas, discutidas fortemente a partir da década de 1990 e início do século XXI, entrou em confluência com legislação que



passou a balizar a obrigatoriedade da formação superior dos professores indígenas, mesmo que não respeitados integralmente, fez com que estes fizessem licenciaturas específicas.

O estabelecimento de professores indígenas de nível superior teve efeito na criação de licenciaturas interculturais na primeira década do século XXI e desdobramentos na acepção de vestibulares voltados para saberes étnicos dos povos indígenas, provocando demandas nos campos que trabalham com comunidades indígenas, questões territoriais, meio ambiente e desenvolvimento. Este novo quadro de professores com ensino superior é uma aposta das comunidades indígenas para rever as práticas de educação escolar vigente nas aldeias e territórios de caráter não respeitador das culturas indígenas (Baniwa, 2009).

Existe uma demanda crescente de indígenas que procuram ingressar no ensino superior na atualidade e existem várias e diversas origens e motivos. Acredita-se que os avanços dos processos de escolarização dos indígenas no Brasil são tardios e têm sido provocados pelo paternalismo em suas diferentes modalidades, mesmo assim é tácito dizer que a educação escolar indígena tem um caráter que permite ressignificar muitas vidas indígenas.

Baniwa (2009) faz importante reflexão sobre a entrada dos estudantes indígenas na pós-graduação em antropologia no Brasil, por toda a segunda década do século XXI, e apresenta como característica deste contexto o aparecimento destes novos atores correlatos de paradigmas teórico-metodológicos e agentes sociais em educação, questões que envolvem os contextos, significados e perspectivas das reivindicações dos povos indígenas em torno do acesso ao ensino superior. Estas demandas pelo ensino superior têm a ver com a consciência dos indígenas de seus direitos de cidadania, regaste histórico, cultural, pertencimento e etnicidade.

Quando Baniwa (2009) começou sua pesquisa de doutorado em antropologia no PPGAS/UnB buscou compreender as principais propostas dos movimentos indígenas e os desafios que estes têm enfrentado, bem como as ressonâncias dessas demandas nas vidas dos povos indígenas e sua relação com as práticas políticas do Estado brasileiro. Para isto, importa refletir sobre parte do legado teórico e político da antropologia e o processo de descolonização dos imperativos metodológicos e filosóficos da antropologia na modernidade.

Neste sentido, Baniwa (2009), que em trabalhos anteriores focalizou em observar as políticas governamentais, analisa o acesso e a permanência de indígenas no ensino superior e as situações políticas em torno da educação escolar indígena e a importância de sua pluralização étnica. Esteve preocupado em analisar as experiências de indígenas no ensino superior para



compreender variações na sociopolítica e orientações epistemológicas que importam aos jovens indígenas na luta por formação acadêmica.

Em um primeiro balanço sobre o ingresso de indígenas na formação superior, em particular nas ciências sociais, Baniwa (2009, 2015) diz que os primeiros antropólogos indígenas ensaiaram uma apropriação cautelosa dos instrumentos metodológicos e epistemológicos no âmbito da disciplina. Isto poderia ter decorrido da necessidade de pensar metodologias capazes de explicar, no âmbito da disciplina, processos efetivos de diálogo, produção e transmissão de conhecimentos que superem o processo de colonização técnico-científica.

Ressalto que Tuxá (2017), enquanto indígena antropólogo, têm focado na histórica invisibilidade indígena e nos desafios e limites impostos contra à formação de protagonismos indígena na academia, principalmente e a partir das imagens conservadoras pré-concebidas a respeito de uma desleal figura do que é ser indígena, que varia entre tamanha diversidade étnica.

O acesso de indígenas à universidade também possui um caráter violento em que se pode dizer que o Estado brasileiro não está a favor dos povos indígenas e da sua condição de sujeito com consciência e identidade étnica própria (VAZ FILHO, 2019b). Então este espaço do ensino superior e da universidade pública, por exemplo, que está nas mãos do Estado brasileiro, é um espaço que repensado é reapropriado para as vivências dos povos indígenas de acordo com suas características étnicas de coletividade na tomada de decisões. Tanto os alunos indígenas, quanto as comunidades e aldeias estudadas devem ser informados e consultados sobre as relações científicas e técnicas que envolvem suas aldeias e territórios tradicionais.

Sobre a antropologia indígena como alternativa

Para Ramos (2023a), os indígenas antropólogos como alternativa encantam. Neste sentido, a respeito do debate recente da presença de indígenas na disciplina afirma-se que este tema dos indígenas na antropologia está entre as relevâncias da disciplina e que apresenta forte influência na maneira como as discussões internas são postas e como são realizadas e quais as projeções para o futuro. Os indígenas têm potencial para desafiar as certezas da disciplina e consequentemente influenciar em seus rumos, provocando questionamentos às miopias analíticas e ao estado letárgico da disciplina.

Anteriormente, Ramos (2023a) realizou crítica à etnografia a partir de interlocução com o desenvolvimento de estilos de antropologias em contextos nacionais diversos como no



México e em países da América do Sul aos quais são atribuídos estilos e contextos próprios de produção antropológica. Para realizar este movimento foi necessário que Ramos (2023b) criticasse o excesso de institucionalização extrema da antropologia e como isto acabou criando excessos e miopias teóricas. Dentro da máxima que indica que os indígenas são bons para pensar, mas não para se dialogar em relações de igualdade, questionou o fato de que as etnografias indígenas devam apresentar qualidade significativa ao pensar que fazer estas pesquisas representa se perguntar como contribuir e propor exames com cuidado na disciplina.

Ramos (2023a) problematiza diferentes questões como: o papel servido dos indígenas enquanto “objetos” de pesquisa para a instalação epistêmica da antropologia. Este pensamento discriminatório foi concatenado, em exemplo, com o pensamento de que a Amazônia é um deserto, proporcionando base para as práticas do Estado brasileiro de anexação das terras indígenas pelas “bordas” através das burocracias colocadas como empecilhos na demarcação de terras indígenas e que consequente causam a morte de muitas pessoas indígenas.

A necessidade deste debate é apontada por Baniwa (2023) como residente no pouco tempo de experiência que os primeiros indígenas antropólogos formados possuem, pouco mais de uma década. Nisto reside a importância de pensarmos o futuro da antropologia com indígenas ou mesmo o futuro dos indígenas na antropologia, porque as chances de transformação e de a antropologia não ser mais a mesma depois da entrada e da presença de indígenas nela é muito grande.

Neste processo, o interesse dos povos indígenas pela incorporação da antropologia e etnografia enquanto ferramentas e dispositivos potencialmente importantes para suas lutas contemporâneas é sintomaticamente contraditório à perspectiva que pensa e determina que os povos pesquisados se mantenham como observadores “silenciosos” dos brancos antropólogos nas aldeias e territórios. Esta visão de antropologia como ferramenta crítica advém de sua localização como espaço institucional estratégico e privilegiado para promover a visibilidade de saberes, culturas e realidades indígenas, tendo em vista dos riscos de a antropologia ser usada equivocadamente e de maneira não-científica como arma contra os próprios povos indígenas.

Estes processos recentes da participação indígena nas universidades imprimem formas próprias de compreensão, apropriação e prática antropológica que partem de escolhas individuais dos sujeitos, mas que carregam forte conotação de coletividade em relação à autonomia dos povos indígenas. Com isto, a ideia de antropologia intercientífica de Paul Little



ou de antropologias no plural de Mariza Peirano, trazidas por Baniwa (2023) para pensarmos em uma antropologia pluriepistêmica, que seja apoiada em diálogo e coexistência de sistemas de conhecimentos requer o reconhecimento da importância da contribuição dos saberes indígenas para a antropologia que se propõe como uma resultante de superação do paradigma “[...] da ciência antropológica monoepistêmica e monocultural, que considera os conhecimentos indígenas e tradicionais como pré-científicos ou mesmo não científicos e seus sujeitos como meros informantes ou objetos de pesquisa.” (Baniwa, 2023:50).

Entretanto, uma outra antropologia ideal, plural, intercultural, ecumênica e intercientífica ou pluriepistêmica é “[...]” de difícil concretização pelo menos em curto e médio tempo, pelo fato de requerer uma profunda transformação na matriz epistêmica e metodológica da disciplina.” (Baniwa, 2023: 50). Por isto, entre as contribuições de Baniwa (2023: 46) ao debate do texto principal do dossiê está a questão de que:

[...] os indígenas sempre fizeram parte da história da disciplina desde o início, enquanto objetos, informantes, guias, tradutores, mateiros ou como repositórios de informações de interesse dos antropólogos não indígenas. Além disso, as transformações em andamento não são resultados unicamente da presença de indígenas no interior da disciplina, mas também das novas posturas e atitudes autônomas e proativas das comunidades, povos e organizações indígenas que não aceitam mais os *modus operandi* tradicionais da disciplina junto a eles ou em relação a eles, notadamente na relação político-metodológica de sujeito e objeto ou como meros e passivos guias e informantes, sem uma relação social, política e epistêmica minimamente respeitosa e politicamente confiável.

É muito comum que quando os indígenas adentram a antropologia a partir da universidade seu acolhimento aconteça, mas nos termos do que a ciência ocidental tem para lhe apresentar, as apreensões e expectativas dos indígenas não são ouvidas. Mesmo assim, existem espaços para investigarmos que mudanças silenciosas e gradativas dentro dos campos teóricos e metodológicos da disciplina estão ocorrendo, certamente, cada vez mais “[...] nos modos de fazer pesquisa e produzir conhecimento. Pesquisadores ou etnógrafos solitários e individuais vão cedendo lugar a pesquisadores coletivos ou comunitários.” (Baniwa, 2023:48).

A relação entre antropólogos e comunidades indígenas são relações que têm sido transformadas e em alguns casos as comunidades lutam para passar a definir os interesses das pesquisas com os acordos passando a enfatizarem, ainda que pontualmente, a respeito da necessidade dos antropólogos se proporem a assumir “[...] compromissos de devolução dos resultados e de serem colaboradores ou assessores engajados, além do compromisso de



considerarem a coautoria coletiva da comunidade no desenvolvimento das pesquisas.” (Baniwa, 2023:28).

A crítica de Tuxá (2023) se centra em comentar sobre o argumento principal do texto de Ramos (2023a) que trata de reflexão sobre como a antropologia pode estar em um processo inicial de renovação com a entrada de indígenas antropólogos e que inclusive devem ser compreendidos como pares nos espaços de construção do saber antropológico. Para ele, é necessária uma descolonização metodológica da maneira estrutural como a antropologia se constitui em determinados processos de pesquisas como por exemplo “*quem pesquisa quem*”, em que uma questão importante é que até mesmo quando começamos a pesquisar antropológicamente, corremos o risco de virar objetos de antropólogos não indígenas impactados com nossas experiências intelectuais na disciplina. Tuxá (2023) pensa na subordinação das expectativas em relação ao teor de contribuição de conteúdo dos intelectuais indígenas para com às questões da dimensão política do campo de disputas, agora com a presença de sujeitos históricos não aceitos para além de serem considerados “material de pesquisa”. Acredito que tal descolonização proposta deve perpassar pela aceção de referenciais distintos dos limites da antropologia convencional no que concerne à formulação das concepções antropológicas dos indígenas antropólogos.

Neste caminho, Tuxá (2023) explica que a generalização e tentativa de definição de forma e conteúdo da produção de indígenas antropólogos quase sempre vem a reforçar as projeções e fobias do mundo branco em relação aos povos indígenas. A manutenção de estruturas de privilégios impõe dificuldades na efetivação das ações afirmativas para inclusão, formação e participação de intelectuais indígenas, ao serem transvertidas em copiosas monografias e etnografias com argumentos que fogem às expectativas das comunidades indígenas estudadas, mas que não apresentam ações concretas de mudanças na conformação colonial e racializada das antigas e presentes relações de poder instauradas.

Às voltas com o debate posicional, Tuxá (2023) problematiza as posições pesquisador-pesquisado e seu valor na constituição de trajetórias e vínculos que são imersos em contextos de velhos significados estigmatizantes. De certo, concordamos que nenhum sujeito é universal e que, portanto, pode ter sua posição reconsiderada. Neste sentido, é possível justamente pensarmos nesta transformação da etnografia a partir da dimensão crucial da experiência que agora advém da complexidade das novas relações circunscritas a partir do empoderamento desta



ferramenta por atores com pertencimento étnico a estas comunidades indígenas.

Sarmiento (2023) aponta que a entrada dos alunos indígenas em diferentes áreas do ensino superior e pós-graduação provoca perguntas sobre os mesmos e como as disciplinas e seus participantes se portarão após este processo. No caso da antropologia a reapropriação dos instrumentos da disciplina de maneira política e intelectual faz parte do cenário que coloca os indígenas antropólogos como protagonistas dos debates em espaços e dimensões que antes foram considerados somente para não-indígenas ocuparem ou mesmo como locais em que se negou a entrada e não se permitiu a presença de indígenas. Certamente, que as imagens carregadas de preconceitos de muitos sujeitos brasileiros e as estruturas inertes e rígidas das instituições na sociedade contemporânea, que possuem também composição na historicidade da disciplina e em outros processos sociais de longo termo, são produtos que confundem as nossas cabeças enquanto estudantes indígenas acarretando críticas às relações de espólio e opressão advindas da sociedade ocidental e seu processo de confirmação social.

Segundo Sarmiento (2023), o principal no texto de Ramos (2023a) é justamente esperança em torno de que indígenas antropólogos possam ser sujeitos plenos e autônomos, contexto que pode irreversivelmente (Baniwa, 2023) contribuir com a renovação urgente que nossa disciplina necessita (mas não a partir da perspectiva do mito do antropólogo-herói). Com isto, existe uma forte proposição em torno do artigo de Ramos que trata de indagação aos próprios antropólogos de maneira geral e as estruturas letárgicas em que nos encontramos.

Neste ínterim, questiona-se a “abertura científica” e o processo de turno ontológico em que se pretende esta abertura na disciplina, mas que na prática a ciência antropológica ainda permanece “[...] eurocêntrica quando qualifica seus cânones e arcabouço como ciência e nega o mesmo atributo ao conhecimento de outras culturas.” (Sarmiento, 2023:74). Portanto, pensar na potencialidade que a antropologia possui enquanto disciplina que pratica interculturalidade, podendo ser colocada como argumento de humanização das relações, ainda é uma questão que está distante do nosso tempo presente. “Fazer gente”, neste caso, pensando em etnografias e sujeitos potencialmente passíveis de investigação implica em cruzamentos teóricos, técnicos e metodológicos que podem colocar em questionamento crítico os termos dos limites convencionais da disciplina.

O desconforto causado pela entrada de indígenas em programas de pós-graduação em antropologia no Brasil e a conclusão de suas formações acadêmicas, seja de mestrado e/ou



doutorado na área, têm gerado problematizações não somente no campo teórico da disciplina. Além disto, têm se percebido um certo receio acadêmico em relação ao surgimento destes outros/outras atores no campo antropológico, agora não somente como povos investigados, mas com representação étnica no fazer antropológico.

É preciso dizer que a participação e presença de indígenas nos debates da antropologia enquanto autores de proposições antropológicas a partir e em pesquisas não deve representar somente “[...] outras possibilidades e, inclusive, em diálogo com o arcabouço instituído e em conjunto com os demais representantes.” (Sarmiento, 2023:75). Em qualquer torção mais difusa da antropologia ocorre o confronto da disciplina e muitas vezes erguem-se novos paradigmas que estão sempre em constantes tônicas de revisitações, atualizações e mudanças.

Percepções e ponderações

De maneira inicial, podemos dizer que as pesquisas dos indígenas antropólogos envolvem temas que unem assuntos do nosso cotidiano político, ritual, étnico como educação, saúde, território, floresta em pé e rios limpos e propícios para vida. O fato de que a antropologia indígena inverte a relação tradicional de campo em que antes o antropólogo sempre foi a pessoa de fora que estudava uma comunidade indígena e agora temos os indígenas estudando em suas próprias comunidades e ou mesmo fazendo pesquisas em outras comunidades indígenas e isto não pode ser desconsiderado.

O que é interessante desta reflexão é como os indígenas antropólogos falam sobre o seu próprio trabalho e sobre a antropologia que realizam, como cada um deles veem a antropologia e como eles veem a sua inserção como foi a sua experiência pessoal de fazer um mestrado e um doutorado em antropologia, alguns pelo menos o doutorado. Muitos indígenas fazem graduações e mestrados e vêm de outras áreas (educação, biologia, psicologia, história e arqueologia) e depois realizam os seus mestrados e/ou doutorados em antropologia. O que eles falam sobre sua própria produção intelectual antropológica e sua própria experiência de fazer antropologia e ser indígena? É um debate interessante.

Até que ponto o indígena antropólogo está fazendo a antropologia como indígena ou se ao entrar na disciplina este passa a realizar a prática antropológica independente de ser indígena ou não? Quem pode responder isto para mim são os próprios indígenas antropólogos.

Aparentemente, a antropologia realizada por indígenas segue um dos traços das culturas indígenas que prima pela coletividade étnica nas decisões em contraposição ao individualismo



das antropologias convencionais. As antropologias indígenas têm um cuidado com o coletivo e não se preocupam com posições, mas é importante que autores indígenas conheçam as pesquisas que estão sendo desenvolvidas pelos próprios parentes na contemporaneidade. Isto é o oposto da antropologia convencional que é individualista pelo mundo como acadêmica, porém a democratização dos espaços da universidade gera o “encontro” e este encontro passa a estudar que a antropologia emerge na Europa, como academia e depois se espalha.

Estudar a inserção dos indígenas na antropologia, sua formação acadêmica, campos de atuação, como estes têm pensado a disciplina, quais são questões que estão sobressaindo, debates trabalhados e situados pelos indígenas antropólogos é apenas um debate iniciado e há muito para ler e conversar sobre este debate profundo. Tomar ou mudar posicionalidades não será suficiente para a transformação efetiva da disciplina, um outro fator importante de transformação da disciplina deve ser a sua real democratização com vistas a inclusão dos povos indígenas e respeito à sua autonomia de pensamento. O fato latente é que a antropologia praticada por indígenas inverte a relação tradicional onde o antropólogo sempre foi a pessoa de fora que estudava um povo indígena e agora os indígenas enquanto antropólogos podem estudar sua própria comunidade ou fazer pesquisa em outros territórios. Só podemos apontar algumas tendências que estão acontecendo, mas acreditamos que é cedo para determinarmos o que irá acontecer nos desdobramentos da disciplina. Certamente, a possibilidade de mudanças é presente.

Os primeiros estudos de produção antropológica de terras indígenas, não tem a utilização da arqueologia, mesmo porque a arqueologia não se desenvolveu para isso, para auxiliar corretamente nas demarcações. E mesmo porque a visão evolucionista social que trata da evolução ou involução cultural busca interpretar os povos indígenas como encapsulados em milênios pertencentes à época pré-colonial, com poucas mudanças sociais e nomadismo prementes, e o indígena histórico e contemporâneo como possuidor de uma história sempre colonial e descrita pela destituição, destribalização e aculturação.

Os antropólogos indígenas conseguem atravessar e rasgar a antropologia colonial a partir de poucas palavras em frases diretas e bem definidas. Os antropólogos indígenas carregam consigo um conhecimento milenar que contrapõe diametralmente a visão de complexidade social, ecológica e ambiental que busca a manutenção da tutela da racionalidade ocidental.



Referências

- BANIWA, Gersem. 2009. Indígenas no ensino superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil. In: SMILJANIC, M.; PIMENTA, J.; BAINES, S. (orgs.). *Faces da indianidade*. Curitiba, Nexo Design, cap. 8, p. 187-202.
- BANIWA, Gersem. 2015. Os indígenas antropólogos. Desafios e perspectivas. *Novos debates*, Brasília, 2(1): 233-243.
- BANIWA, Gersem. 2019a. Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. *Novos Olhares Sociais*, Cruz das Almas, 2(1): 22-40.
- BANIWA, Gersem. 2019b. Desafios no caminho da descolonização indígena. *Novos Olhares Sociais*, Cruz das Almas, 2(1):41-50.
- BANIWA, Gersem. 2023. Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma? Um debate necessário. *Anuário Antropológico*, Brasília, 48(1):45-52.
- CRUZ, Felipe. 2017. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, Brasília, 11(2):93-108.
- COELHO DE SOUZA, Marcela. 2017. Contradisciplina: indígenas na pós-graduação e os futuros da antropologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 60(1): 99-116.
- MAINARDI, Camila; BARBOSA, Marina. 2023. Produção de autoria indígena em programas de pós-graduação na área de antropologia: levantamento de dissertações e teses (2010 a 2022). *Revista Ñanduty*, Dourados, 11(18):251-291.
- RAMOS, Alcida. 2023a. Intelectuais indígenas abraçam a antropologia. Ela ainda será a mesma?. *Anuário Antropológico*, Brasília, 48(1):11-27.
- RAMOS, Alcida. 2023b. Réplica. *Anuário Antropológico*, Brasília, 48(1):83-89.
- SARMENTO, Francisco. 2023. Com os indígenas, uma antropologia mais atraente. *Anuário Antropológico*, Brasília, 48(1):73-77.
- TUXÁ, Felipe. 2023. Antropologias indígenas e a questão da posicionalidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, 48(1):61-66.
- VAZ FILHO, Florêncio. 2019a. A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior. *Novos Olhares Sociais*, Cruz das Almas, 2(1): 79-98.
- VAZ FILHO, Florêncio. 2019b. O nativo revestido com as armas da antropologia. *Novos Olhares Sociais*, Cruz das Almas, 2(1): 51-78.